

RESENHAS

FONSECA, Denise Pini Rosalem da & GIACOMINI, Sonia Maria. 2013. *Presença do axé: mapeando terreiros no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Pallas. 188pp.*

Gabriel Banaggia

Pós-Doutorando do PPGAS/MN/UFRJ

Em sua apresentação à obra *Presença do axé: mapeando terreiros no Rio de Janeiro*, Henri Acselrad fala sobre um duplo movimento presente nas religiões de matriz africana, tanto “de invenção” quanto “de herança”, que faz com que um “exercício de memória” seja simultaneamente “capaz de animar dinâmicas de transformação” (:21). Fruto de empreendimento coletivo de considerável porte – evidenciado nos agradecimentos que incluem acadêmicos, religiosos, membros do poder público – este livro se inscreve como contribuição fundamental no combate à vulnerabilização do povo de santo. As casas de axé são apresentadas como espaços privilegiados de resistência cultural, política, social e religiosa, indissociáveis das lutas dos negros por igualdade.

O livro resulta da pesquisa “Mapeamento das casas de religiões de matrizes africanas no Rio de Janeiro”, realizada pelos Núcleos Interdisciplinares de Reflexão e Memória Afrodescendente (Nirema) e de Meio Ambiente (Nima),

da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, entre 2008 e 2011, com apoio da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República, e adicionalmente serviu para o desenvolvimento de um programa nacional de mapeamento de terreiros em elaboração por este órgão. O trabalho envolveu a construção de uma base documental quantitativa e qualitativa, por meio de “trabalho de campo sistemático e participativo” (:26), com o objetivo de realizar a cartografia social de terreiros do estado do Rio de Janeiro. A própria ideia da pesquisa teve início com uma solicitação feita à PUC-Rio por Mãe Beata de Iyemonjá, principal líder religiosa do Ilê OmiOjuarô, a quem a obra é dedicada, autora de um dos prefácios do livro que aponta como líderes de várias correntes de matriz africana se debruçaram por bastante tempo sobre o trabalho, juntamente e “em pé de igualdade” (:11) com membros da academia.

A pesquisa teve por meta mapear o maior número possível de casas de religiões de matriz africana no estado, e consistiu em visitas individuais às casas mapeadas, não se tratando contudo de um recenseamento exaustivo, já que para se chegar a cada uma delas o método privilegiado foi a indicação direta de membros de outros terreiros, desenhando os limites de uma rede conformada por relações de identificação e confiança.

Com isso, foi possível desenhar uma malha razoavelmente fina, mas que “não permite conhecer amplamente o campo estudado” (:32). Longe de ser uma limitação que tenha escapado às autoras, essa circunscrição serviu tanto para delimitar quanto para possibilitar a realização da investigação, já que o acesso da equipe de alunos de iniciação científica que aplicou os questionários ao povo de santo foi possibilitado pelas indicações prévias.

O livro não deixa de apontar, de toda forma, o modo como o conjunto mapeado não esgota o campo em apreço, havendo em suas margens “uma série de muitas outras pequenas casas e redes, todas elas, ao que tudo indica, pouco consideradas ou simplesmente desconhecidas” (:165) pelos líderes relativamente famosos que compuseram o conselho religioso-político que foi um dos três órgãos consultivos que orientaram a pesquisa – somado a um conselho acadêmico da própria universidade e a um conselho acadêmico-político externo a ela. A obra inclui também uma sugestão valiosa para a realização de mapeamentos ainda mais abrangentes ou de outra natureza, que é a centralidade do Mercado de Madureira como nexos pelo qual circulam conjuntos diversos de adeptos de diferentes denominações.

A leitura de *Presença do axé* é enriquecida com o acesso ao endereço eletrônico que agrega os mapas elaborados com os dados produzidos na pesquisa, aos modelos de questionário e termos de consentimento utilizados, e ao encarte de fotografias das fachadas de algumas das casas mapeadas, que mostram a diversidade das construções e testemunham o delicado jogo de visibilização e ocultamento que empreendem. Para a realização da pesquisa, foram visitadas 847 casas de axé localizadas em 30 dos 92 municípios do Rio de Janeiro, nos quais residiam, à época do mapeamento, 86% dos habitantes do estado (:33, 53). Se não deixou de

haver um debate de âmbito nacional a respeito da legitimidade de uma universidade católica realizar um estudo dessa natureza (:34-35), esse questionamento, longe de impedir a elaboração da pesquisa, serviu para orientá-la e para reforçar o cuidado com que foi empreendida, entrevistado em seus resultados. A questão se reveste de ainda mais importância ao se lembrar a centralidade, nessas religiões, do segredo e do respeito a mistérios reservados aos iniciados, que podem ter sido parte dos desafios encontrados pelos próprios adeptos quando, num primeiro momento, solicitaram sem sucesso que o mapeamento fosse realizado por acadêmicos de instituições públicas (:178).

A parte central da obra é composta por quatro capítulos, cada um abordando um tema: a territorialidade, a questão das denominações religiosas, o trabalho social e a intolerância religiosa. Nos dois primeiros, explicita-se a ligação íntima entre o território enquanto espaço vivencial da religião, o domínio tanto legal quanto efetivo da terra e a violência que perpassa todo e qualquer processo de territorialização. Apresenta-se uma distribuição regional de terreiros, em especial no interior do município do Rio de Janeiro, no qual foram mapeadas casas de axé em 98 de seus 160 bairros. À questão, que o próprio livro retoma em suas conclusões, que diz respeito à relativa ausência de terreiros mapeados na Zona Sul do Rio de Janeiro, onde se localiza um número considerável de favelas nas quais há notícia histórica da existência de casas de religiões de matriz africana no passado, pode-se aqui acrescentar algumas hipóteses, além da mencionada circunscrição da pesquisa. Por um lado, é possível que o fortalecimento da perseguição de setores do cristianismo, em especial por parte de determinadas denominações evangélicas, às religiões de matriz africana no Brasil possa ter ocasionado uma

retração significativa tanto no número de terreiros quanto em sua visibilidade. Por outro lado, e simultaneamente, é bem provável que continuem a existir casas de axé temporárias, residências com altares domésticos que em certas ocasiões realizam cerimônias, mas que não se concebem como terreiros propriamente ou integralmente.

O capítulo que discute o trabalho social realizado pelas casas lembra antes de tudo a crucial distinção entre assistencialismo e assistência social, já que o primeiro é um termo reservado a ações que não buscam promover a emancipação de seus beneficiários. Além de concentrar o principal tratamento quantitativo dos bancos de dados gerados pela pesquisa, este capítulo ressalta que a ação social mais frequente, e numericamente mais significativa, existente nas casas de axé é o combate à fome, indicando como os terreiros podem muitas vezes fazer uma diferença considerável na garantia da segurança alimentar da população que os frequenta (:81). Esta informação, de todo modo, pode ser conjugada com a impressão de que as casas de religião trabalham com uma série de pertencimentos que não são passíveis de serem reduzidos de modo imediato a simples relações de consumo (:22), fato que aqui pode ser remetido à capacidade, recorrentemente apontada por acadêmicos como Roger Bastide, de as culturas negras manterem práticas próprias de autodistribuição, de modo a obstruir a permeabilidade de sistemas de exploração aos quais essas populações estariam de outro modo ainda mais assujeitadas.

A contribuição mais decisiva do livro, de todo modo, provavelmente se encontra nos achados a respeito do tema da violência motivada por discriminação religiosa, estabelecendo de saída uma ligação entre distintas práticas de cerceamento da liberdade. A obra não deixa de

abordar estratégias que poderiam parecer paradoxais, como as práticas em princípio opostas de desqualificação e mimetização das tradições de matriz africana feitas por religiões neopentecostais, por meio tanto da satanização como de seu corolário, a saber, o uso supostamente abençoado da violência e outras expressões de desrespeito e agressão (:28). Contribuindo para uma maior precisão na caracterização das formas de violência sofridas pelo povo de santo, o livro distingue mecanismos como a invasão do espaço das casas, o silenciamento da sonoridade específica dessas religiões (em especial o das cerimônias), a perseguição física em lugares públicos (que inclui a intimidação verbal), bem como práticas de dominação e segregação social, por vezes envolvendo grupos armados. A opção, defendida pelos membros do conselho religioso-político que acompanharam a pesquisa, em trocar o termo "intolerância" por "discriminação" traz igualmente a vantagem de indicar um sujeito responsável por um ato de violência, e não de mera falta de respeito (:137-138).

Mais da metade das casas mapeadas informaram já terem sido palco de ações de discriminação ou agressão por motivo religioso, fenômeno no qual a pesquisa descobriu haver também um recorte de gênero, sendo os agressores mais frequentemente homens e as agredidas mais frequentemente mulheres (:139, 146). De forma pouco surpreendente, ainda que constituindo uma comprovação importante, a pesquisa notou também que a presença ou a ausência de legalização jurídica das casas de axé não acarreta nenhuma influência estatística significativa na incidência de práticas discriminatórias. A obra conclui, de modo contundente, que não é a limitada institucionalidade dos terreiros e suas redes que é responsável pela vulnerabilidade sociopolítica do povo de santo, e sim a

omissão do Estado em acionar mecanismos específicos de proteção que são de sua responsabilidade (:154, 161).

As autoras reforçam, assim, “a urgência do desenvolvimento de políticas públicas que permitam a construção de agendas específicas de sustentabilidade socioambiental do povo de santo” (:163), cabendo mencionar aqui que a própria pesquisa mostrou ser uma iniciativa exemplar nessa direção por ter sido feita com “perfil de ação afirmativa voltada para a população negra e para o povo de axé” (:33, 179) ao selecionar preferencialmente, para sua equipe, alunos com vínculos vivos com as religiões de matriz africana ou que tivessem nexos políticos com os movimentos sociais de corte racial no Rio de Janeiro. Por todos esses motivos, *Presença do axé* é leitura recomendada para qualquer estudioso do tema.

HARISON, Simon. 2012. *Dark trophies: hunting and the enemy body in modern war*. New York: Berghahn Books. 233 pp.

Daniel Belik

Mestre em Antropologia Social pela University of Aberdeen

Especialista no estudo de sociedades indígenas na Melanésia, onde trabalhou com os Avatip na Papua Nova Guiné, em seu novo livro, *Dark trophies*, o antropólogo Simon Harrison se volta para um tema ainda pouco trabalhado na área, qual seja, o uso que se faz nas guerras modernas dos corpos dos inimigos. Partindo de um arcabouço teórico bem abrangente, ele passeia pelas áreas específicas da etnologia indígena, antropologia forense, criminalística, museologia, turismo e história da ciência com o propósito de

mostrar como “algumas práticas sociais altamente aberrantes, capazes de ocorrer apenas esporadicamente, perpassaram vigentes por dois séculos” (:187).

O material documental de que o autor se vale para construir tal história “desviante” dentro da tradição antropológica são relatos de ex-combatentes e de seus familiares da Guerra Civil Americana (capítulo 9), da Segunda Guerra Mundial, da Guerra do Pacífico (capítulo 12) e da Guerra do Vietnã (capítulo 15). Segundo ele, durante essas violentas guerras, identidades eram negociadas e estereótipos mobilizados, sendo sempre mediados pelos corpos mortos dos inimigos que, muitas vezes mutilados, eram expostos pelos militares em suas casas como troféus de caçadas. Esses crânios-troféus muitas vezes eram obtidos através de trocas com os próprios nativos ou mesmo por meio de roubo de túmulos. Na verdade, um dos pontos centrais do livro é investigar se essas práticas recorrentes ao longo do tempo e em espaços diversos permaneceram vigentes devido à socialização pelo aprendizado ou a esquemas conceituais de caçadas de animais profundamente arraigados na cultura norte-americana do século XIX.

Segundo Harrison, a prática de caçada de partes do corpo humano nas guerras modernas, chamada por ele de troféus militares, e sua exibição reemergiram nesses dois séculos depois de uma longa dormência reificada nas fantasias que a cultura ocidental possui dos guerreiros selvagens nas sociedades indígenas, que realizariam a chamada caça expedicionária de troféus atualizando conceitos de masculinidade, fertilidade e poder que ocorreriam em ambos os ambientes. Seu instrumental teórico oscila, a partir do primeiro e segundo capítulos, entre as ideias de metáforas e tabus, tais como sexualidade e alimentação; figuras capazes de transpor domínios semânticos

dísparos, testando o limiar entre o que seria ou não social e patologicamente aceitável. Na mesma medida em que a metáfora contribuiria para a redução e a simplificação das diferenças da realidade, os tabus diminuiriam a apreensão das semelhanças.

Nos seguintes capítulos, o autor nos municia de numerosos exemplos ao longo dos séculos XVIII e XIX de como os museus e as coleções de anatomia se beneficiaram desse interesse em comparar raças ao mesmo tempo em que crescia a doutrina do individualismo, a ponto de gerar um frenesi coletivo na busca de cadáveres que esconderiam a heroicidade ou a genialidade de algumas pessoas mais preeminentes da época. Se no século XVIII as diferenças raciais consistiam em diferenças corporais – cor de pele, cabelo – resultantes do ambiente físico, no século XIX essas diferenças se tornaram parte da estrutura interior da pessoa. A ciência e a guerra passaram a andar juntas não só na busca violenta por novos territórios, mas também do novo conhecimento sobre o funcionamento do humano e de seu comportamento. Os selvagens, dentro da escala evolutiva da nascente ciência antropológica e da frenologia do século XIX, estariam mais próximos dos animais, e as guerras apenas faziam encenar a caça aos animais que já era tradição na Europa. Ao mesmo tempo, os guerreiros selvagens passaram a auxiliar as tropas colonizadoras em suas missões na África e na Ásia, muitas vezes transgredindo estatutos morais de guerra entre nações civilizadas.

Apesar de a conquista ter sido sempre a linha melódica capaz de unir, ao longo do tempo, o que se chama de guerra, o autor mostra que houve uma brusca mudança de atitude nesses objetivos. Se antes a Guerra Medieval dependia de com quem se estava batalhando e qual a relação travada com esse Outro, a partir

do Iluminismo as guerras passariam a depender da natureza mesma desse inimigo, entendida como marcador étnico. Existiam os civilizados e os selvagens e, portanto, o modo civilizado de se fazer guerra e sua contraparte, o modo selvagem. Tratados internacionais passaram a estipular regras de boa conduta na guerra ou, em outras palavras, o que era justo ou injusto de se fazer no campo de batalha e ao final da guerra.

Os troféus adquiridos pelos combatentes durante e depois das guerras serviam a diversas funções. Crânios humanos eram guardados como objetos de estimação ou tinham amplo uso na vida prática dessas pessoas, desde suporte de velas até recipientes para bebida. Anéis, pingentes e brincos eram feitos de ossos de animais. Os crânios eram sempre marcados com o nome de quem os possuía, o local em que foi adquirido ou o apelido da peça e, muitas vezes, eram artisticamente decorados. Eles se transformavam em um artefato capaz de criar laços familiares – homossexuais – entre aqueles soldados homens que estavam longe da família. O que é teorizado predominantemente no capítulo 10, mas ilustrado nos capítulos 6 e 7, é que a caça aos troféus durante as guerras fez, portanto, com que se gerasse uma intrincada rede de tráfico humano destinada não só a museus e institutos de anatomia, mas às próprias famílias dos sobreviventes que aguardavam notícias. A busca por troféus parece ter sido um bom medidor da aceitação que as guerras tinham por seus conterrâneos em seu país de origem. Esses restos humanos, muitos já anônimos, mais tarde passariam pela burocracia da repatriação e pelas dificuldades inerentes em trazer à tona memórias que no longo prazo se preferia terem sido esquecidas.

Apesar de citá-los, o livro deixa a desejar no aprofundamento da caça aos troféus de cabeça que vigiam nas socie-

dades indígenas do Equador, de Borneo, da Papua Nova Guiné e na própria Amazônia brasileira, mais bem representada, segundo o autor, pelos Munduruku. A ideia de que a dicotomia entre inimigos distantes e próximos autorizaria ou não a caça às cabeças fica um pouco solta no conjunto geral da obra e não parece encontrar evidências empíricas nas guerras modernas. Apesar disso, percebe-se que o autor optou por deixar a etnologia indígena como pano de fundo enquanto trazia as guerras modernas para o foco, não se esquecendo de inverter este quadro quando necessário.

Guerra aqui é o denominador comum que em uma linha comparativa une os diferentes contextos etnográficos, implicando referências comuns. Mesmo sendo o foco do livro, a guerra aparece ao final como um fenômeno ainda indeterminado e que pode ser mais bem compreendido através dos microfatores – psicológicos e sociológicos – que a determinam em seu cotidiano. Tal indeterminação, Harrison mostra, estará sempre presente em nossa análise, devido à contingência histórica do inimigo. É para essa relação com o Outro, mais do que o conflito em si, que devemos nos voltar agora.

LABATE, Beatriz C. & BOUSO, José C. 2013. *Ayahuasca e salud*. Barcelona: La Liebre de Marzo. 485 pp.

Rosa Virgínia Melo

Doutora em Antropologia pela UnB

Sofrimento humano, religião, abuso de drogas, cura e a promessa de interdisciplinaridade certamente fazem de *Ayahuasca e salud* um livro atual e eloquente. São diversos os enfoques que orientam a publicação da obra organizada

por Beatriz Caiuby Labate e José Carlos Bousso, antropóloga e farmacólogo, respectivamente, mas o ponto fundamental encontra-se em interpretações dos valores material, espiritual e simbólico da bebida, em diferentes níveis de entrelaçamento. O livro tem tudo para contrariar posições religiosas rígidas em relação à cristalização do sentido do “sacramento”, instigar interesses psiconautas e surpreender profissionais da saúde não familiarizados com as potencialidades terapêuticas da beberagem. No campo antropológico, a insistência quanto às características substantivas da poção na experiência ritual dos sujeitos interroga o pressuposto durkheimiano da preeminência do simbólico que pouso sobre o objeto cuja materialidade é irrelevante.

Em uma era como a nossa, de repressão e incitação ao uso de drogas ilícitas e lícitas, o arsenal medicamentoso recebido aos sujeitos diagnosticados numa miríade de transtornos psiquiátricos, chama a atenção uma química vegetal propiciadora de autoconhecimento, elevada à divindade e recomendada por profissionais de saúde. A materialidade da *ayahuasca* provoca o interesse quanto à clássica questão do sentido atribuído pelo grupo que utiliza o líquido embriagante. O tema que orienta minha leitura da obra jaz na construção do campo semântico de atuação do valor terapêutico da *ayahuasca*.

Os 21 artigos de *Ayahuasca e salud* estão divididos em duas seções, “Xamanismo e Religião” e “Ciência e Terapêuticas”, nas quais pesquisadores nativos de diversas nacionalidades produzem conhecimento em diferentes áreas de estudos acadêmicos: antropólogos, psicólogos, farmacólogos, psicofarmacólogos, psiquiatras, cognitivista e químico.

Prefácio e posfácio são instigantes balizas da obra. Renato Sztutman sintetiza e dá relevo à produção em debate ao

apontar a *ayahuasca* "na encruzilhada dos saberes" através dos seguintes aspectos: recortes das ciências sociais e biomédicas; separação religião e medicina no sistema jurídico moderno; promessa não alcançada de interdisciplinaridade; subjetividade na produção acadêmica. Para Stelio Marras, a bebida desestabiliza o conhecimento baseado nos dualismos da compreensão porque não se pode falar de um princípio ativo sem pensar nas situações controladas do ambiente. Várias dessas ponderações são retomadas pelos organizadores, numa reflexão introdutória às potencialidades terapêuticas da substância. Certamente *Ayahuasca e salud* é uma importante contribuição ao debate epistemológico na medida em que faz pensar o caminho trilhado no enfrentamento do desafio interdisciplinar entre ciências do sentido e ciências do cérebro, bem como o deslizamento de posições entre pesquisa e afetos no tema do uso contemporâneo da substância.

A primeira parte, "Xamanismo e Religião", é composta por 10 artigos em que prevalecem autorias antropológicas, contudo, abertura e fechamento desta seção são guiados por olhares "de dentro" da experiência. A abertura é uma entrevista com Herlinda Agustín, mulher *onaya* shi-pibo conibo, que tece uma rica narrativa a partir dos lugares de mãe e curandeira, numa jornada de dietas, segredos e seletiva relação com os brancos que buscam sua sabedoria. O texto de fechamento, "Sonho e medo numa noite de verão", é relato de uma "toma" de *ayahuasca* num contexto kaxinawa, vivido pelo jornalista-narrador e quatro antropólogos. André Viana conta, em prosa envolvente, a visão da própria morte, e o inesquecível gozo espiritual ante a visão mais bela já produzida por seu cérebro.

Os textos de número dois a seis da 1ª. parte abordam o uso terapêutico da *ayahuasca* atravessado pela questão

ritual, problematizada no registro da performance, do xamanismo, das terapias holistas e da perspectiva jurídica. Os 11 textos da 2ª. parte possuem 27 assinaturas e dedicam-se à saúde mental e/ou dependência química.

Os determinantes do saber nativo penetram as análises de cientistas sociais e de saúde e provocam questões direcionadas aos modelos de análise do que Marras chama de agência da *ayahuasca*, modo de isolar os princípios ativos da substância, invisibilizando a agência humana. Farei duas breves discussões, referentes às duas partes do livro, no intuito de precisar o ponto sobre o qual me detenho.

Peter Gow, entre nativos do Peru, aponta a valorização da dimensão simbólica como um equívoco, pois as instituições criam-se a partir de estados subjetivos pessoais (:86), nos quais os estados extraordinários, induzidos ou não por psicoativos, estariam na origem do sagrado. Jean Langdon, com os Siona e urbanitas Nova Era, sugere ser a perspectiva semântica limitada, enquanto é a "experiência multissensorial" (:107) a responsável pela eficácia da "performance" ritual. Noutra abordagem, Els Lagrou apresenta a ingestão do "cipó forte" pelos Kaxinawá com funções profilática e curativa, em negociação com sentidos fundamentais à existência nativa: matar e depredar. Rama Leclerc, entre a Nova Era, identifica o "buscador" à procura de modelos exóticos de práticas amazônicas, sob uma aura de magia e romantismo (:150), em busca de "si mesmo".

Tal cenário nos remete a diferenças entre o uso xamânico e o uso neoxamânico da *ayahuasca*. Se no primeiro as forças responsáveis pela enfermidade vêm do exterior da pessoa e são manipuladas pelo xamã, o segundo é imantado na suposição de pretensão universalizável do autoconhecimento pelo indivíduo, fator

ordenador e legitimador da agência da substância, cujos efeitos permitiriam fazer uma introspecção sobre si mesmo (:162).

A preocupação central da parte dois é com os efeitos da *ayahuasca* sobre a saúde mental. A introdução dos organizadores sublinha ressalvas de alguns autores quanto à metodologia utilizada, que replica os resultados do discurso local e não atende aos pontos críticos fundamentais no tratamento da dependência: atualidade e padrões de uso. Aqui a bebida ganha sua face como “enteógeno” (capaz de despertar o deus interior) e, nessa medida, opera como um fator psicológico de proteção (:298).

Riba e Barboj pontuam que um dos efeitos preeminentes da *ayahuasca* é a labilidade emocional e concluem haver baixo risco para a categoria de indivíduos sadios. Frecska traz a hipótese serotoninérgica como importante influência civilizadora no comportamento, posicionando a *ayahuasca* dos curandeiros mestiços como uma severa mestra da moral (:342).

Para Walter Moure, a convivência com o “outro” xamã da selva amazônica permite revelar o “segredo do mundo” (:379), na medida em que “[...] se trata de uma presença que doa uma experiência proveniente da origem [...] É o próprio Mundo (ou Natureza), ele que fala, sonha, vê, canta” (:389). Nessa mirada, a sensação de precariedade em face desse grande outro é uma esperança para o Ocidente, ao reconhecer o eco original de que se distanciou. A poética redentora jaz na entrega à experiência.

Em Fernández e Fábregas, a etnopsicologia amazônica é vista sob modelo de “sinergias culturais” (:397) para a promoção de processos de autoconhecimento, bem como de transtornos e adicções. A prática empreendida no tratamento prevê disciplinas de trabalho e obediência do paciente.

Interessante observar nesse sobrevoo da 2ª parte a agência psicoterapêutica,

em que os sujeitos que vivenciam o efeito da *ayahuasca* deparam-se com verdades internas e o “saber de si” figura como expressão da cura. Algo interno à bebida torna-a capaz de transformações na pessoa humana. Contudo, os textos pouco se referem ao conteúdo das práticas terapêuticas, ou à relação entre os termos *set* e *setting*, introduzidos nos anos 50 e 60 por Leary e colegas, para somar à química atributos individual e social, incluindo a relação entre o sujeito e o contexto cultural. É surpreendente que tal recorte metodológico, que influenciou gerações de pesquisadores de psicoativos, não seja citado nos artigos do volume resenhado. O descarte de um diálogo com aqueles não diretamente envolvidos nos estudos da substância específica corre o risco de encapsular a temática ao redor da bebida.

Ayahuasca e salud sublinha como a *ayahuasca* é apropriada como instituinte de muitas redensões, refletindo um campo de produção do conhecimento que faz pensar os modos de produção de discursos das curas modernas (química e religiosa), e suas remissões à tradição indígena. A representação da cura através da imagem do uso indígena da bebida na constituição desses saberes científicos assemelha-se a uma clássica operação levada a cabo pelo pensamento ocidental, no qual o primitivo figura como primordial. Nesta perspectiva, a *ayahuasca* mimetiza o lugar do mito do homem selvagem, analisado por Roger Bartra, em sua maior proximidade com o homem ocidental do que com o ameríndio, o que configura um deslocamento da representação para o emissor do discurso. O modelo do “homem natural” no discurso europeu antecede o encontro com o ameríndio e, no caso aqui interpretado, o modelo é revivido de modo seletivo na medida em que a linguagem que o representa expressa a eliminação daquilo que é considerado indesejável – o que é

alheio ao "autoconhecimento", a predação, como analisado no texto de Lagrou.

Na contemporaneidade, a interioridade é uma categoria modelada segundo critérios precisos do comportamento positivamente sancionado, e traduz a refuncionalização do mito, em que aspectos fundamentais da identidade ocidental são revelados. Lembrando a figura do artesão em Rousseau, este nega oposições entre natureza e cultura e cria continuidades entre as duas dimensões do humano. Assim, a *ayahuasca*, como o "homem natural", não se refere a uma realidade empírica, e sim a um ideal, sempre renovado, e que tem fornecido incessantemente ao Ocidente material para invenções do humano.

SALVIANI, Roberto. 2012. "Participação e desenvolvimento sustentável" no Brasil: a experiência da Itaipu Binacional. Coleção Antropologias. Rio de Janeiro: E-papers. 230 pp.

Ivan Gomes Doro Filho

Mestrando, PPGAS/MN/UFRJ

Em "*Participação e desenvolvimento sustentável*" no Brasil, Roberto Salviani elabora uma minuciosa reconstituição das estratégias políticas e dos procedimentos discursivos pelos quais a experiência de um projeto socioambiental no oeste paranaense – o programa "Cultivando Água Boa" (CÁB), criado pela Itaipu Binacional (IB) em 2003 – veio a ser construída como exemplo paradigmático de um novo modelo de desenvolvimento sustentável e de cidadania, associado à implantação de grandes complexos hidroelétricos. Atualizando avaliações incluídas em sua tese de doutorado, defendida em 2008, o autor apresenta as incongruências envolvendo,

de um lado, as iniciativas do programa e seus (limitados) resultados práticos e, de outro, todo o esforço propagandístico realizado em torno do CÁB. Fornece ainda uma análise significativa dos esforços para se instrumentalizarem "novos" valores, premissas e ideias (decorrentes das críticas e dos movimentos de oposição às políticas nacionais e internacionais de desenvolvimento, na segunda metade do século passado) enquanto elementos meramente técnicos e legitimadores, usados tanto para encenar quanto para limitar formas de participação popular em empreendimentos geradores de impactos negativos e tensões sociais.

Desta forma, ao tomar como parte de seu objeto a obra de difusão e comunicação pública do CÁB – perseguida pela Diretoria de Coordenação da IB como uma tática fundamental para garantir o próprio sucesso da iniciativa – o livro consegue ultrapassar a escala regional imediata das ações do programa, contribuindo, assim, para esclarecer certas interseções entre as políticas e os "megaprojetos" do governo federal para o setor energético, na última década, e o campo de disputas em torno das definições de desenvolvimento e de sustentabilidade ambiental no Brasil.

O texto inicia-se com uma revisão das abordagens antropológicas direcionadas ao tema do *desenvolvimento*. O autor adiciona à já consagrada distinção entre "antropologia para o desenvolvimento" (*development anthropology*) e "antropologia do desenvolvimento" (*anthropology of development*) os movimentos mais recentes surgidos de críticas pontuais aos principais autores e obras desta última corrente. Além disso, traçando um breve histórico acerca da questão da participação, e dos sentidos conferidos à mesma no campo internacional do desenvolvimento (:29-34), procura-se ilustrar, desde a introdução do livro, o lugar específico destinado a essa categoria nas práticas e

nos discursos referentes ao CAB. Nele, a "participaao" da chamada sociedade civil tem como finalidade última permitir aos gestores da IB demonstrarem, sobretudo quantitativamente, a validade e a aprovaao generalizada de seu programa, reafirmando, por conseguinte, a própria legitimidade da empresa no campo socioambiental brasileiro.

Nesse sentido,  singular o tratamento metodológico destinado aos materiais de comunicaao produzidos pela Itaipu Binacional, principalmente no que diz respeito ao *Jornal Cultivando gua Boa* (JCAB): publicaao periódica também inaugurada em 2003 e voltada a divulgar informaoes e resultados das várias linhas de atuaao do programa que a nomeia. A metodologia de análise utilizada pauta-se na percepao de que tais documentos são parte integrante e fundamental do próprio funcionamento do programa, uma vez que servem como meio privilegiado para que seus responsáveis veiculem os discursos de legitimaao do CAB, e perfazem parte significativa da comunicaao do mesmo dentro e fora da região onde  implementado (conhecida como Bacia do Paraná III, ou BPIII). Em face do seu papel na difusão do CAB –  qual se somam ainda outras publicaoes da IB, além de uma extensa gama de eventos, palestras, seminários e premiaoes realizados pela empresa, ou nos quais seus gestores e técnicos se fazem presentes (:76-77) – a abordagem segue no sentido de explicitar ao leitor os conteúdos de tais discursos de legitimaao, através de longos trechos extraídos das primeiras edioes do *Jornal* (capítulo 3). O objetivo  ressaltar, então, tanto as estratégias de autorrepresentaao postas em jogo para criar uma imagem positiva do programa quanto os rótulos discursivos utilizados na fabricaao de seu sucesso.

Nos dois primeiros capítulos, o autor apresenta um histórico da emergência do

termo *desenvolvimento sustentável* e de sua ascensão ao *status* de tendência hegemonica no campo das políticas públicas de desenvolvimento – apresentando assim o substrato de onde  retirada boa parte das categorias centrais de pensamento na operacionalizaao do CAB (capítulo 1); e revisita o processo de construao da Usina Hidroelétrica de Itaipu (desde o seu planejamento, na década de 1960), tomando como chave de leitura o teor estratégico assumido por tal empreendimento nos cenários economico e geopolítico daquele momento (capítulo 2).

O capítulo 3  dividido em duas partes. Na primeira, "O CAB por ele mesmo", desdobra-se a imagem oficial e altamente positiva construída para o programa (como um todo) nas publicaoes da IB. Ressaltam-se também a a ênfase na exposiao de dados numéricos para aferir resultados e efeitos supostamente atingidos e a celebraao contínua de seu sucesso. Já na seao "Os Projetos do CAB na visão nativa", são delineadas algumas das linhas de atuaao socioambiental da IB, sobretudo aquelas com maior espaao de divulgaao nos *Jornais* do CAB – e sempre de acordo com o discurso autorrepresentativo fornecido sobre elas por seus principais propositores. Dos sete projetos apresentados, três são retomados no capítulo seguinte, no qual o autor insere as informaoes obtidas em campo com o objetivo de oferecer uma visão do programa para além da sua imagem oficial.

A linha argumentativa do capítulo 4, "O CAB Observado",  no mínimo provocadora. Do contraste entre a imagem pública – consciente e interessada – produzida para o CAB e as práticas de fato promovidas em sua implementaao, torna-se possível perceber como a grande quantidade de uniformes e de carrinhos coletores, fornecidos aos catadores de materiais recicláveis da região,  retoricamente transformada no nível de "cida-

danía" e de "empoderamento" adquirido pelos últimos através do programa. Isto a despeito dos problemas enfrentados para se levar adiante o projeto "Coleta Solidária" e das dificuldades para se efetivar uma verdadeira gestão autônoma nas associações de catadores, também criadas (e quantificadas, no cálculo do empoderamento promovido) pelo projeto.

Salviani destaca ainda a distância observada entre o universo participativo propagandeado pela IB e as metodologias postas em cena para viabilizar a "mais ampla participação possível" (:98). A ênfase analítica recai sobre o cerne do CÁB: seu "Programa 40", no qual comunidades locais da BPIII seriam convocadas a decidir e a planejar ações necessárias para a efetiva gestão da qualidade ambiental de seus municípios e de microbacias hidrográficas específicas. O dito "protagonismo" dos grupos incluídos nos eventos participativos do "Programa 40" – as "Oficinas do Futuro" e "Pactos das Águas" – não se estenderia nem sequer à decisão de quais microbacias serão objeto das intervenções, uma vez que são selecionadas em reuniões envolvendo somente prefeituras municipais, técnicos e consultores/facilitadores políticos do CÁB. Tampouco abarca a definição das medidas a serem adotadas, pois estas podem remeter apenas a um "pacote" predefinido de ações ambientais que interessam sobretudo à IB. A participação popular limita-se então a ser um fim em si mesmo, encerrando-se em performances legitimadoras e procedimentos técnicos cujos contornos e desdobramentos encontram-se definidos (ou mesmo impostos) por interesses outros que não os dos participantes – ou "protagonistas". Neste quesito, certas atividades da linha de Educação Ambiental" do CÁB (incluindo-se aí as "Oficinas" e os "Pactos", considerados eventos de sensibilização e conscientização) teriam

também o seu papel de facilitar formas passivas de "participação", facilmente dirigidas e literalmente eventuais.

Em suas considerações finais, Salviani retoma o objetivo principal do trabalho, apresentando algumas das intenções políticas investidas na tarefa de difusão do CÁB, mas não explicitadas publicamente. Dentre os interesses mais imediatos e locais, o programa cumpriria sua função enquanto instrumento de influência político-administrativa (e inclusive eleitoral) da IB em toda a Bacia do Paraná III. Promoveria também uma verdadeira "propaganda do esquecimento" (:203), na qual as tensões sociais, os movimentos de resistência, as desapropriações, os embates por indenizações justas e as concessões de terras, além dos próprios impactos ambientais negativos associados à construção de uma usina de tal porte, perdem cada vez mais suas referências diante da obra de ocultação do passado de Itaipu pela IB. Soma-se ainda a isto a necessidade de a gerência instalada na empresa em 2003 se diferenciar das gestões anteriores e de seu passado de ingerências e relações negativas na escala regional de Foz do Iguaçu. Portanto, a produção de uma imagem altamente positiva para o CÁB, ao ignorar as limitações tanto de seu desenho quanto de suas iniciativas e resultados, coloca em jogo a afirmação de uma nova imagem para a empresa, pautada no sucesso da missão socioambiental "inovadora" assumida ainda em 2003.

As conclusões mais contundentes do livro são aquelas que tornam possível entender o CÁB como uma "estratégia para a construção de uma imagem positiva da atuação e da gestão de grandes barragens, uma tentativa de mostrar como positivos empreendimentos que causaram e continuam causando importantes impactos (negativos) sociais e ambientais" (:195). Dentre os desdobra-

mentos da difusão da “exemplaridade” do CÁP, destaca-se que, desde 2011, o BNDES usa o programa como um tipo de paradigma a ser instrumentalizado na mitigação dos impactos gerados pelos grandes empreendimentos que financiam. Por conseguinte, o CÁP vai sendo incluído, também, nas estratégias mais amplas do governo federal para legitimar os contornos de sua política energética, na qual o destaque conferido nos últimos anos à construção da hidroelétrica de Belo Monte, no rio Xingu/PA, obriga-o a enfrentar, até o presente momento, múltiplos movimentos de crítica e resistência. Nesse contexto, uma de suas vantagens é justamente poder contar com o “exemplo concreto do conceito de sustentabilidade em um empreendimento hidroelétrico, [...] referência mundial de responsabilidade socioambiental” (:206) fabricado em Itaipu, e pronto para ser reproduzido.

VIEIRA DA CUNHA, Neiva & FELTRAN, Gabriel de Santis. 2013. *Sobre periferia. Novos conflitos no Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Lamparina & Fapesp. 224 pp.

Susana Durão

Professora no IFCH/Unicamp

Favela, periferia, margem são, por vezes, sinônimos intercambiáveis da histórica precariedade urbana brasileira. Mas eles são também nomes defendidos, definidos. Favela existe há mais de um século no plano social e na geografia urbana e há mais de duas décadas no domínio da reflexão acadêmica. Continua saindo da sombra.

Sobre periferia: Novos conflitos no Brasil Contemporâneo é dos livros de uma boa camada de obras e de artigos que buscam desvelar um dos temas mais promissores de certo estilo de antropologia urbana

que vem sendo realizada no Brasil. Não tendo sido o primeiro e nem com certeza o último, o livro reúne nomes que vêm marcando passo nos debates sobre margens urbanas. Depois de ler a proposta, fica claro: caminhar da reflexão sobre fronteiras sociogeográficas – das *periferias* – para chegar a uma proposta de “cartografia de perspectivas analíticas” – de *marginas*.

A obra é composta em três partes diferentes: drogas, crime, violência e política; expressividade, religiosidade e gestão social; Estado, território, moradia e ação social.

A discussão se inicia, pela mão de Taniele Rui, com as *fronteiras* dos espaços urbanos do crack. A autora convence que diferentes lugares não são meros invólucros e cenários do consumo; diferentes territórios criam parâmetros de interação e novas relações. Três territorialidades distintas no uso do crack, em cidades do estado de São Paulo, apontam contrastes nas tensões que conjugam pessoas, socialidade e cidade, tensões com agentes que ora acolhem, ora punem esses “corpos abjetos”. O espaço do consumo *faz diferença*, diz Rui. Passamos em seguida à leitura possível do *limite* (ou “tensão liminar”) com uma circulação intermitente de pessoas dentro e fora de albergues na cidade de São Paulo. Aqui, a aparente desespecificidade do público é, paradoxalmente, a especificidade do albergue. Daniel De Lucca Costa sintetiza: esta é uma instituição tão hostil quanto hospitaleira; ela acolhe enquanto expulsa. No texto seguinte, Diogo Lyra explora o tema da *punição* entre jovens traficantes conferindo inteligibilidade ao que seria do plano (moral) do ininteligível: a coesão na tensão e na violência. O caminho é trilhado no nível das palavras trocadas, ajudando o autor a esclarecer uma miríade de noções *emic* que dão sentido ao que designa como subjetividades do “sujeito-homem”. A primeira parte termina com

uma cartografia da margem, proposta por Leilah Landim, que ruma através da leitura de organizações civis, elegendo como campo de atuação o tema-problema "violência urbana" no Rio de Janeiro.

"Artes da periferia", por Rose Hikiji e Carolina Caffé, continua evidenciando a ploriferação de expressões e de desempenhos culturais que parece oferecer novo contexto a disputas pela representação de lugares e pessoas na margem. Estado, associações e gestão começam a ganhar textura analítica por intermédio da análise etnográfica de políticas públicas (Ana Paula Galdeano), mas também já estavam nos espaços urbanos do crack, interseccionados por uma pletera de atores institucionais (Tâniele Rui). Galdeano descreve, num texto rigoroso e criativo, como a política de segurança pública foi colonizando as políticas de habitação, reforma e lazer em São Paulo na década de 2000. Múltiplos projetos e ativismos que passam pela gestão social da violência, em locais onde se faz presente o Primeiro Comando da Capital (PCC), passam por novas interseções de polícia, religião e partidos, que ora forçam a reintegração da ordem, ora a contestam. A mobilização social e política nas periferias está longe de ser estável. Wania Mesquita apresenta formas de entendimento, compreensão e tolerância moral entre os agentes do crime e os pentecostais, enquanto Nina Rosas, que encerra a segunda parte da obra, sublinha como "uma massa de fiéis empobrecidos" e as obras de assistência social em geral têm sido instrumentalizadas para a obtenção de sucesso pessoal e afirmação de carreiras religiosas e partidárias.

A discussão das fronteiras e das passagens fica clara no caso dos projetos de "pacificação" policial de favelas, apresentado e discutido por Márcia Leite e Machado da Silva, com novas formas de regulação que facilmente se sobrepõem à

lei. A análise tenta explicar o cruzamento entre barreiras mentais invisíveis e a segregação socioterritorial. Os autores sugerem que a contenção e os limites da circulação de jovens favelados na cidade carioca parecem prepará-los para lidar com o desconforto e a insegurança das interações cotidianas urbanas. Isto é feito através de "mapas de antecipação", conceito tomado de empréstimo de Jegannathan (no texto "Checkpoint: anthropology, identity, and the State", de V. Das & D. Poole (orgs.), em *Anthropology in the margins of the State*), que envolve uma cartografia de estigmas e preconceitos. Por eles, polícia e Estado são percebidos em sua face repressiva, longe do que seria a missão original de provisão de serviços públicos e equipamentos urbanos.

Isabel Georges e Yumi dos Santos usam a categoria beckeriana de "empreendedor moral" para descrever políticas sociais terceirizadas de assistência a famílias em São Paulo. Concluem que uma gestão sexuada pode produzir, especialmente nas mulheres assistidas, novas formas de desigualdade. Luciana do Lago vem nos falar de empreendimentos autogeridos nas periferias de São Paulo e Porto Alegre e das dificuldades manifestas deste tipo de associativismo. A autora demonstra serem poucos os governos locais, as municipalidades, que utilizam instrumentos legais para regular ou reduzir a ação privada que tende a alimentar a especulação fundiária. Por fim, Marlucci Menezes e Tânia Ramos apresentam um caso em Lisboa. Descrevem minuciosamente, no decorrer do tempo, a edificação e as transformações urbanas no bairro de Chelas. As autoras defendem que a associação representacional frequente entre insegurança e um território específico é (re)criadora de periferia urbana, demarcando-a fatalmente na cidade, mesmo que subvertendo o plano urbanístico-social original.

No seu conjunto, esta é uma dessas coletâneas que resulta do acúmulo de experiências, tanto empíricas quanto conceituais, que têm transformado em objeto de pesquisa antropológica os espaços urbanos e a vida em cidades. Como refere Birman na abertura do livro, todos os autores da obra recusam o dualismo que oporia centro e periferia. A aposta está na ampliação e não no estreitamento de propostas.

Pela sua complexidade, entender as margens exige diluição de fronteiras estanques e previamente dadas ao observador desavisado. A cidade separada em duas (proposta no famoso livro de Zuenir Ventura, *Cidade Partida*), que se tornou uma metáfora de uso cognitivo fácil, sobretudo para o caso do Rio de Janeiro, não reúne consistência analítica. Ela é uma *performance* em si mesma (ainda que possa ter efeitos reais) e só nessa medida requer atenção. Como bem advertem Neiva Vieira da Cunha e Gabriel de Santis Feltran, discutir periferias contemporâneas implica conhecer o *labor* do tempo no espaço social, o mundo do trabalho, socialidades locais e circulações, configurações públicas de conflitos sociais e políticos emergentes, mas também diferentes sentimentos morais, demandas por respeito, reconhecimento, solidariedade. Que não restem dúvidas depois de ler o livro: periferia é um conceito polissêmico e os territórios da pobreza são amplamente heterogêneos. Mas dizer isto não é dizer tudo. O trabalho teórico começa aqui.